

**feam**FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTEParecer Técnico GEDIN Nº 16 /2010  
Processo COPAM Nº 127/2001/002/2003**PARECER TÉCNICO**

F E A M			
PROTOCOLO Nº	097297/2010		
DIVISÃO:	GEDIN 19-2-2010		
MAT.:	VISTO: K		
DN	Código	Classe	Porte
74/2004	D-01-06-6	3	M

Empreendedor: **LATICÍNIOS SANTA ROSA LTDA**

Empreendimento: Unidade Industrial

Atividade: Preparação do leite e Fabricação de Produtos de laticínios

CNPJ: 25.949.538/0001-78

Endereço: Av. Josué de Queiroz, 76 – Bairro Matozinhos

Município: São João Del Rey/MG

Referência: **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO AO AI Nº 847/2003**

Infração: Grave

A LATICÍNIOS SANTA ROSA LTDA. atua nas atividades de fabricação de produtos de laticínios, possuindo a capacidade instalada de recebimento de leite de 25.000 L/d, destinados a produção de queijo minas frescal, minas padrão, prato, mussarela e ricota fresca.


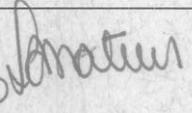
A Licença de Operação foi concedida nos moldes do Projeto Minas Ambiente/Laticínios em 24-7-2001, com condicionantes e validade até 24-7-2009.

A referida empresa formalizou o processo de revalidação da Licença de Operação em 24-4-2009, tempestivamente, sob PA COPAM Nº 127/2001/003/2009, que encontra-se em análise técnica.

Em 18-6-2002 o empreendimento foi autuado, mediante o Auto de Infração Nº 847/2003, recebido por meio de AR em 6-3-2003, por *descumprir condicionante formulada por Câmara Especializada do COPAM, aprovada na Licença de Operação (LO), quanto à apresentação de projeto de tratamento de efluentes líquidos, não tendo sido constatada a existência de poluição ou degradação ambiental, uma vez que não foi realizada vistoria às instalações do empreendimento.*

A empresa protocolou defesa referente ao auto em 17-10-2003, segundo parecer técnico DIALE Nº 241/2004, de 29-9-2004, as alegações apresentadas não descaracterizaram a infração cometida. Desta forma, a FEAM, em 8-3-2007, julgou a infração grave, aplicando a penalidade de multa no valor de R\$ 7.449,76. Como a empresa não recebeu essa notificação, novamente em 10-4-2007 o empreendimento foi notificado, protocolando o Pedido de Reconsideração em 22-6-2007, sob o Nº R055113/2007 tempestivamente, apresentando as seguintes argumentações:

- O agente fiscal que lavrou o auto declarou que não foi efetuada vistoria, requisito este, imposto pela lei ao tratar de fiscalização na política ambiental do estado, e também não há lavratura do Auto de Fiscalização;
- Não deixou de apresentar o projeto da estação de tratamento de efluentes por pura irresponsabilidade, e sim pelo fato do consultor que foi contratado para realizar o projeto, não cumpriu com suas obrigações, causando inúmeros prejuízos a empresa, fazendo com que a mesma perdesse o prazo de entrega do projeto da ETE;

Autor: Edna Carla Vieira Pinto Pedra Prestadora de Serviço Técnico Especializado	Assinatura: 	Data: 29 / 01 / 2010
De Acordo: Liliana Adriana Nappi Mateus – MASP 1.156.189-1 Gerente de Desenvolvimento e Apoio Técnico às Atividades Industriais - GEDIN	Assinatura: 	Data: 29 / 01 / 2010
Visto: Paulo Eduardo Fernandes de Almeida – MASP 1.168.965 Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento - DPED	Assinatura: 	Data: 22 / 02 / 2010

O empreendimento contratou outra empresa de consultoria para regularizar sua situação, e a partir de 2005 passou a enviar mensalmente os relatórios de automonitoramento. Entretanto, convém mencionar que a empresa apresentou o projeto da estação de tratamento de efluente em 17-10-2003, ou seja, após a lavratura do Auto de Infração Nº 847/2003, conforme o protocolo nº 118386/2004, sendo liberado para implantação em 7-7-2004, conforme o OF. DIALE/Nº362/2004, datado de 8-7-2004. Além disso, o prazo original para entrada em operação do sistema de tratamento de efluentes líquidos era de oito meses após a liberação do projeto pela FEAM, conforme o Termo Aditivo de 13-11-2001, porém, somente foi efetivada sua operação em 2006.

Quanto à argumentação da ausência de vistoria e lavratura de Auto de Fiscalização, especificamente neste caso não havia necessidade por se tratar de protocolo de documento na FEAM, o que não foi realizado conforme consta no Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM.

Pelo exposto, esta área técnica entende que não foram apresentados argumentos técnicos que descaracterizassem a infração cometida. Dessa forma, sugere-se que mantenha a penalidade aplicada, ouvida a Procuradoria.



Rubrica da Autora